



Anais da Assembléia

D.A. 182 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1997 ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Dirval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartúrio - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Pupprio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmias da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1997
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nereu Moura e José Maria Ferreira.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2499
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 491/97 relativo à Mensagem nº 056/97 (Ajuste orçamentário de R\$ 840.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria da Segurança Pública, para viabilizar a construção das Cadeias Públicas de Londrina e de Quatro Barras e a reforma das Cadeias dos Municípios de Luitiana e Cianorte), de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2498
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por dez sessões do item 04, 1ª Discussão, do Projeto de Lei nº 112/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (23/10).

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2487
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos Trabalhos desta Casa, voto de congratulações à jovem Jucieli Lucietto, filha de Agenor e Lurdes Lucietto, residentes em Planalto, nesta Estado.

Requer, outrossim, seja dado conhecimento deste à homenageada, através da Escola Estadual Irmão Miguel, no Distrito de Barra Grande, Município de Planalto-PR.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A jovem Jucieli Lucietto, com 13 anos de idade, cursando a 7ª série do 1º Grau na Escola Estadual Irmão Miguel, do Distrito de Barra Grande, Município de Planalto, foi selecionada em Concurso Nacional do Ministério da Educação e Desporto, intitulado "Declare seu Amor pelo Brasil", com a frase: **"BRASIL, CAPITAL BRASÍLIA;**

POSIÇÃO GEOGRÁFICA, CORAÇÃO DE SEUS FILHOS."

Jucieli, que contou com o auxílio da professora Rosane Alves de Carvalho, recebeu a premiação e homenagem em Brasília, juntamente com outras 39 estudantes de todo o Brasil, em solenidade que contou, inclusive, com a presença do Presidente da República.

Ao enaltecer os méritos de Jucieli Lucietto, através desta homenagem que pretendemos prestar-lhe, por intermédio da Assembléia Legislativa, temos também como objetivo incentivar os jovens estudantes de nosso Estado a participar de concursos dessa natureza, incentivando-lhes o sentimento de amor à Pátria.

Contamos com o apoio dos Senhores Parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 2488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos Trabalhos desta Casa, votos de congratulações à estudante Aline Schons, filha de Inácio e Evoni Schons, residentes em Planalto, no Sudoeste do Estado.

Requer ainda, que se dê ciência deste Requerimento à homenageada, através da Escola Municipal de Sagrada Família, no Município de Planalto-PR.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 07 anos, cursando a 1ª série do 1º grau, na Escola Municipal de Sagrada Família de Planalto, Sudoeste do Estado, a pequena Aline Schons conquistou o 1º lugar, a nível regional, e o 3º a nível estadual, no concurso promovido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com desenho de paisagem relativa à preservação da ecologia.

É certo que contou com a colaboração e orientação da professora Maria Lúcia Piva, bem como da Coordenadora Noeli Teresinha Martins e do Diretor Ademir Martins, todavia, a criatividade e desenvolvimento do trabalho é autoria da pequena estudante.

Entendemos de suma importância reconhecer e incentivar a participação dos jovens estudantes em concursos dessa natureza, até mesmo com o obje-

tivo de desenvolver em seus espíritos o sentimento de preservação de nossa natureza.

REQUERIMENTO Nº 2495

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso à Senhora Adélia Hecke Barvicik, hoje com 91 anos de vida. Nascida em 09.01.1906, viúva do Senhor João Barvick, mais conhecido como "João Alfaiate". Teve 09 (nove) filhos, 20 (vinte) netos e 11 (onze) bisnetos.

Trata-se de uma pessoa muito religiosa que sempre soube dispensar a sua família e às pessoas ao seu redor uma palavra amiga, de paz e compreensão. Sua fé transmite muita segurança e amor a todos, motivo pelo qual, além de toda a sua família, todos os moradores e amigos do Bairro da Barreirinha, onde reside desde o seu nascimento, admiram-na e a querem muito bem. Sua família, muito conhecida no bairro, sente-se orgulhosa de ter um ser humano tão precioso em seu meio.

Seus familiares nos procuraram a fim de prestar uma homenagem a esta pessoa tão especial que Deus lhes deu, e nós, através desse voto de louvor, pedimos que fique registrado nos Anais desta Casa de Leis, todo o reconhecimento que eles, seus parentes e amigos sentem pela Senhora Adélia. Exemplos de vida como este devem ser seguidos por seus familiares e por todos nós.

Pedimos a Deus que cubra de bênçãos a querida Senhora Adélia, que ela permaneça em nosso meio e que seja sempre muito feliz.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando a adoção de procedimentos no sentido de proporcionar solução para financiamentos alongados do Programa "Panela Cheia".

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Ágide Meneghette, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Rua Marechal Deodoro, 450 - 14º andar - Curitiba/PR - CEP 80010-910.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Weisópolis, os quais solicitam reparos na Rua Solimões, em toda sua extensão.

Há muitos buracos nessa rua, a qual torna-se intransitável. Quando chove, os buracos ficam cheios de água e as pessoas não têm como transitar pela mesma. Na Av. Iraí, esquina com a Rua Rio Solimões, existe uma cratera, o que vem dificultando a passagem de transeuntes e veículos, necessitando urgentemente de providências. O atendimento desses pedidos beneficiará toda a comunidade.

Sala das sessões, em 23.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Senhora Norma de Lara Oliveira, moradora à Rua Ângelo Travan, 544, no Bairro Rio Verde, a qual solicita a colocação de anti-pó nessa rua.

O atendimento do presente beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de de-

terminar policiamento ostensivo na Praça Rui Barbosa, no período noturno, principalmente no horário de saída dos alunos dos cursinhos (23:00 hs.).

Os estudantes são assaltados constantemente, o que vem causando muita apreensão em todos.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, da Resolução nº 2.433, de 16 de outubro de 97, publicada no Diário Oficial da União nº 201, páginas 23.506, seção 01, de 17.10.97, que dispõe sobre as condições e procedimentos, a serem observados, com relação ao processo de alongamento de dívidas originárias de crédito rural (securitização), conforme específica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 581/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Convivência de Idosos e 3ª Idade de Foz do Iguaçu, com sede e foro e sede no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Conselho Comunitário de Convivência de Idosos e 3ª Idade de Foz do Iguaçu, é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, tendo por objetivo promover a integração, a convivência e a valorização das pessoas da 3ª idade do Município de Foz do Iguaçu, auxiliando-as para que exerçam com plena cidadania seus legítimos direitos e aspirações.

PROJETO DE LEI Nº 582/97

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o "Dia Estadual da Luta pelos Direitos Humanos" a ser comemorado no dia 28 de maio de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O Brasil é um dos quatro países do mundo que possuem um Programa Nacional de Direitos Humanos. No ano que vem, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 50 anos.

O dia escolhido - 28 de maio - é em homenagem a maior organização mundial de defesa dos direitos humanos. Neste dia, Peter Benenson escreveu um artigo no jornal inglês "The Observation", denunciando a prisão de dois jovens portugueses, condenados a sete anos de prisão por terem brindado a liberdade num bar. Na época, Portugal vivia sob a ditadura de Salazar. Esta data é muito importante, pois neste dia nasceu a Anistia.

Em 1976 recebeu o Prêmio Nobel da Paz e em 1977 o Prêmio de Direitos Humanos da ONU. Possui hoje cerca de um milhão e duzentos mil filiados por 160 países do mundo inteiro. Todos voluntários.

A Anistia atua:

- * na denúncia de transgressões de direitos humanos;
- * na formação em direitos humanos de policiais, jornalistas, médicos, professores, religiosos, advogados, juizes e promotores públicos;
- * na formação de leis que melhoram as relações de respeito humano no mundo inteiro.

O objetivo desta data é fazer com que a sociedade paranaense reflita sobre esta questão, que seja um dia de reflexão e de atitude positiva em relação aos direitos humanos.

PROJETO DE LEI Nº 583/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Frei Fabiano Zanatta, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro junto a Rua Leopoldo Alves de Almeida, s/n, na Via Deise, Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de Direito privado, filantrópica, sem fins lucrativos, que terá duração por tempo indeterminado, sem distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, política ou outra natureza.

A Creche Frei Fabiano Zanatta, tem por finalidade proporcionar o bem-estar do menor provindo de famílias carentes da região, com atendimento às necessidades básicas da saúde, educação, através de vários trabalhos que estimulam a coordenação motora das crianças, as atividades pedagógicas, programas de orientação sanitária, nutrição (alimentação), segurança social, amor e compreensão, visando o desenvolvimento saudável da criança ao mesmo tempo em que fortalece a integração do menor na sociedade.

A documentação que instrui o projeto anexo, atende todos os requisitos da Lei nº 6.994/78, que dispõe sobre a matéria, razão pela qual esperamos o apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 584/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro Ponta-grossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus Ribas, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.97.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A entidade Associação de Pais e Mestres do Centro Ponta-grossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus Ribas, situado à Rua Enfermeiro Paulino, s/n, Bairro 26 de Outubro, Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de Direito privado, atua como representação dos pais e mestres e instituição auxiliar do estabelecimento escolar, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos.

A Associação de Pais e Mestres do Centro Ponta-grossense de Reabilitação Auditiva e da Fala Geny de Jesus de Ribas, tem por objetivo atender aproximadamente oitenta crianças e adolescentes, na sua grande maioria carentes, proporcionando uma maior participação do aluno no processo escolar, visando especialmente a integração da comunidade no contexto escolar, com discussões que inspirem ações que oportunizem a integração família-escola-comunidade, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino, bem como a manutenção do aparelhamento do estabelecimento escolar.

Visto que a referida entidade está buscando a valorização do ensino, e estando com a sua documentação em dia, atendendo aos requisitos da Lei nº 6.994/78, encontra-se em condições de ser reconhecida como entidade de Utilidade Pública Estadual, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 585/97

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cruzeiro do Sul, com sede à Rua Santos Dumont, 377, no Município de Cruzeiro do Sul - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.20.97.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A APMI - Associação de proteção à Maternidade e à Infância do Município de Cruzeiro do Sul, a exemplo de suas congêneres, vem efetuando um importante trabalho junto à população carente daquele município, uma vez que presta auxílio às famílias de baixa renda como o atendimento de crianças, mães e gestantes.

Como o município é essencialmente agrícola, há um número muito grande de pessoas carentes providas de famílias de baixa renda, cujo único sustento vem da lavoura e cuja demanda cresce dia-a-dia, uma vez que a agricultura enfrenta sérios problemas.

Sem o auxílio da área de assistência social do município, estas famílias estariam abandonadas à sua própria sorte, o que está sendo evitado pelo importante trabalho daquele APMI.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, na parte da tarde, junto com Parlamentares da Casa e Lideranças nacionais do Partido dos Trabalhadores - como o Senador Eduardo Suplicy e do nosso companheiro e ex-Governador, Senador da República, Roberto Requião - participamos de um grande ato, ao lado, é claro, no meu caso, do Deputado Caio Quintana e do nosso Líder Orlando Pessuti, junto com os Deputados Péricles, Colombo, Ângelo Vanhoni e Doutor Rosinha. Participamos de um ato que foi muito importante do ponto de vista do resgate da cidadania do nosso Paraná. Temos grandes desafios neste Estado. Não é possível que aquele Estado que todos conhecemos, o Estado que é rico, ter um povo pobre, ter uma multidão de excluídos nas periferias das grandes cidades e no campo.

Nós, paranaenses, desta geração de final de século, início de milênio, temos uma grande responsabilidade de fazer um esforço enorme de resgatar

essa multidão de excluídos que se acantona nas periferias da cidade e que à beira das estradas sonham com um pequeno lote, onde a família possa trabalhar, onde possa se plantar e onde se possa colher.

Por isso que o ato que foi realizado, ontem, na Boca maldita, esta que é, historicamente, o ponto que mais simboliza a expressão da liberdade na Capital paranaense. Berço que foi, ali, da campanha memorável pelas eleições diretas que sacudiu este Brasil inteiro. E o grito que ontem foi dado, não só pelos trabalhadores rurais sem-terra, mas, fundamentalmente, por todas aquelas lideranças do Movimento Sindical e Social, foi da maior expressão.

O primeiro ponto: a liberdade imediata dos presos políticos, dos trabalhadores que por defenderem uma causa, tiveram a sua prisão determinada numa ação política pelo Governo Estadual. Esse é o ponto primeiro. É inaceitável que possamos, por pressão política, ter trabalhadores presos, passando por humilhações em cadeias públicas do nosso Paraná. Não é esse o Paraná que todos construímos no dia-a-dia. Construímos um Paraná onde haja riqueza, mas fundamentalmente aonde haja a distribuição desta riqueza, e aquilo que todos clamamos e que aqui até na época da ditadura militar se respeitou mais do que até se fez em outros Estados, que era o respeito à liberdade, o respeito ao cidadão, não podemos aceitar - nós, que temos tradições muito fortes em relação à democracia e à liberdade - presos políticos nas cadeias do Paraná!

E o ato de ontem teve esta característica, ato pacífico, bonito, o ato que foi vivido com alegria por todos os seus participantes, e que na expressão do Líder nacional, do Presidente Nacional do PT, Deputado José Dirceu, homem que conhece muito o Paraná, porque viveu exilado, escondido, fugido da ditadura que cruelmente assassinava, torturava e perseguia irmãos nossos, o José Dirceu viveu em Cruzeiro do Oeste, de forma clandestina, até porque é claro que não podia ele se manifestar naquele momento, mas veio buscar guarida numa pequena, que hoje na verdade é uma média cidade do Paraná, por aqui ser uma terra onde se respeita na verdade, a dignidade do

homem e da mulher. É por isso que esse ato se caracterizou desse espírito de tentar resgatar os presos que estão no cárcere, dos que lutam por uma reforma agrária justa, porque é inadmissível ver os latifúndios que temos no Paraná ainda improdutivos e que, infelizmente muitas vezes, pela omissão de autoridades não se toca adiante a questão da reforma agrária no Paraná.

Por isso, temos um desafio, um desafio de trazer, não só para a mídia, para a televisão, para o discurso fácil, mas trazer para a realidade do dia-a-dia da administração dos problemas, o Governo do Estado do Paraná. O Governador tem uma chance histórica de virar esta página que está nos envergonhando a todos, porque o Paraná infelizmente hoje é o Estado onde há mais conflitos no campo, e não é possível que possamos aceitar passivamente uma situação igual a esta.

É por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados que temos, sim, que cobrar, temos que questionar a postura do Governo, e esta Casa tem o dever de apoiar as iniciativas que possam restabelecer a paz no campo, e uma reforma agrária rápida e justa a ser realizada nos latifúndios improdutivos - e que são muitos que temos no Paraná.

Respeito sim, a terra produtiva, os produtores rurais que produzem, mas os latifúndios não podemos aceitar mais, e que possa, na verdade, permanecer com o discurso daqueles que produzem e que equivocadamente muitas vezes confundem e trocam as bolas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Aviso o nobre orador que se encontra na tribuna, que concedo o Horário do PMDB, para que Vossa Excelência possa ter o aparte, porque no Pequeno Expediente não é permitido.

O Sr. Valdir Rossoni - Ilustre Deputado Romanelli, já vi Vossa Excelência fazer muitos pronunciamentos desta tribuna, mas pronunciamento como este, com tanta convicção, jamais tinha visto.

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento mas quero dizer para Vossa Excelência que nós, pessoas, e o homem público, deve realmente ter posicionamentos firmes em questões sociais tão graves como esta que Vossa Excelência está fazendo.

Mas é muito importante também que possamos fazer um pronunciamento dentro da realidade e dentro da sua ação. Quando vejo Vossa Excelência colocar que estiveram presentes inúmeras personalidades, entre as quais o Senador Roberto Requião, do Paraná, quero dizer a Vossa Excelência que vejo a presença do Senador Roberto Requião junto ao Movimento, com um grande cinismo, porque da forma com que o Senador Roberto Requião tratou o Movimento dos Sem Terra, quando ele era Governador, jamais... ou ele viria em praça pública e pediria desculpas primeiro ao MST, pelos seus procedimentos, ou jamais ele poderia estar presente!

O povo paranaense sabe da forma agressiva com que eles dirigiram esta questão, e quando Vossa Excelência cobra do Governador Jaime Lerner, para virar esta página, quero dizer que estamos fazendo um esforço muito grande. Somo o único governo estadual, deste País, que tem um programa voltado para famílias que querem terras. É claro que poderemos discutir aqui - e Vossa Excelência pode até não concordar com as "Vilas Rurais" - mas temos convicção que é uma das soluções e somos o único Estado brasileiro! O Governador Jaime Lerner nunca se furtou a discutir os pontos essenciais para que o Estado possa avançar nesta questão do Movimento e da questão da terra.

Mas quero dizer que vejo com tristeza, se o Senador Requião não tivesse conclamado a população naquele seu pronunciamento feito no Programa do PMDB, pode ter certeza que estaria lá, naquele Movimento, ontem, não três mil ou quatro mil pessoas, estariam lá trinta mil pessoas apoiando. Mas o Senador Requião quis ser inteligente - quis ser, não o foi, porque atrapalhou o Movimento e esta manifestação - quando ele quis fazer uso deste Movimento e transformá-lo num movimento político-partidário. Pode ter certeza que muitas pessoas que não foram, estariam; muitos paranaenses que gostariam de apoiar este Movimento não estiveram, porque ele, o objetivo dele - e sabemos a movimentação que teve de Deputados e de Partidos Políticos, pedindo a Prefeitos que mandassem ônibus com pessoas e com funcionários

públicos para a Capital do Estado para apoiar o Movimento.

Atribuo o fracasso de ontem pela pouca quantidade de pessoas que ali estavam, realmente, ao palavreado, ao discurso do Senador Requião. Jamais ele poderia ter usado este Movimento num programa político eleitoral. Por quê? Ele quis ser o dono do Movimento, e por isso fracassou, senão o povo do Paraná teria, ontem, estado junto com este Movimento, porque sabemos que é um Movimento importantíssimo e é sob pressão que vamos conseguir avançar nesta questão social tão grave, que este País enfrenta.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, agradeço ao Deputado Valdir Rossoni, ao seu aparte.

Acho que parte das suas considerações são corretas, mas certamente em relação ao Senador Requião, o que o move é a "dor-de-cotovelo" de saber que o Senador está ao lado do povo mais pobre, dos excluídos, dos trabalhadores sem terras. As lideranças do Movimento dos Sem Terra confiam plenamente no Senador Requião.

E a questão central, Excelência - não podemos nos desviar - foi o ato, foi um ato maiúsculo, foi um ato positivo, positivo, foi inegavelmente uma grande manifestação da sociedade paranaense que precisa urgentemente se organizar, para colocar um fim, dar um basta neste desgoverno que assola o Paraná, das forças políticas responsáveis, que certamente no momento apropriado saberão se sentar à mesa e estabelecer um programa de governo que possa unir o PMDB, o PSDB, o PT e todos aqueles Partidos que questionam e cobram posições deste Governo.

Não tenho a menor dúvida, Deputado Valdir Rossoni, que quando Vossa Excelência viu a manifestação, aqui em frente ao Palácio e na Boca Maldita, com o seu automóvel, certamente lhe deu um frio na espinha, quando Vossa Excelência viu pela televisão a frente que se aproxima e sentiu um cheiro da derrota de 98!

O ato de ontem, sobretudo foi, não das lideranças, mas do povo e deu um frio na espinha de Vossa Excelência, ao ver as dificuldades que terá essa aliança conservadora que governa o Paraná, que venceu o povo nas elei-

ções de 94, porque a nossa aliança certamente será vitoriosa!

Concedo um aparte - primeiramente, Deputado Traiano, naturalmente a quem me pediu antes, até por uma questão de cortesia - ao Deputado Plauto Miró Guimarães, que é seguramente a expressão máxima do Partido da Frente Liberal desta Casa.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre

Deputado Romanelli, escuto o seu pronunciamento, as colocações que o senhor vem fazendo, mas uma coisa me deixa um pouco preocupado, porque me lembro perfeitamente - como já citei em certas oportunidades - o discurso do passado, de quando os Partidos - o PT, o Partido dos Trabalhadores nesta Casa, o Doutor Rosinha está aqui - naquele período estava da mesma forma, no mandato anterior, onde o confronto entre o Partido do qual o senhor faz parte, junto com o Partido dos trabalhadores, na questão de tudo o que acontecia com relação à invasões de terras no nosso Estado.

A questão de Campo Bonito, de Teixeira, onde o PT, que criticava radicalmente a maneira como o então Governador Roberto Requião se portava nas questões de confronto entre Polícia Militar do Paraná e aqueles que estavam invadindo áreas dentro do Estado.

Hoje vejo o discurso ao contrário, o senhor mudou o discurso, a Bancada do PMDB mudou o discurso, estão fazendo parte daquilo que vocês, lá no passado, tiveram um confronto e tanto criticaram! É interessante, na hora em que se está no poder é um discurso, na hora em que está na oposição é outro discurso, e não dá para se entender bem aquilo que acontece, mas pelo jeito é o mundo político daqueles que realmente não têm uma linha correta e firme na sua caminhada.

Ontem, o Senador Roberto Requião defendendo e fazendo parte de um Movimento do qual, lá no passado, mandou afrontar, fazendo com que a Polícia Militar fizesse aquilo que sabemos, que é história, lá em Campo Bonito. Realmente, fico preocupado de ver um discurso ontem; outro dia, outro discurso, mas na realidade não me passa que é um discurso estritamente eleitoral, pensando nas eleições do ano que vem. Quando vi que o senhor colocou

para o nosso Líder, Valdir Rossoni, que o frio na espinha que deu, de felicidade de ver o número de pessoas que tinha no Movimento, porque tenho certeza que, com a mobilização que houve por parte das oposições do Paraná, para trazer pessoas para Curitiba, realmente não foi um Movimento que alcançou aquele objetivo que vocês esperavam.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço o aparte do Deputado Plauto Miró e concedo um aparte ao meu colega e Deputado de Bancada, companheiro peemedebista, do Sudoeste, Deputado Nereu Moura, e depois ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Nereu Moura - Ouvimos os discursos em relação ao Senador Roberto Requião e ficamos, às vezes, calados aqui, porque na verdade não ecoa daqui aquilo que falamos e muitas vezes não há porque ficar estabelecendo aqui a polêmica.

Todavia, não podemos concordar, um homem que durante toda a sua vida se pautou na defesa intransigente das questões sociais, um homem que surgiu na vida pública nos bairros, nas associações de bairros, na defesa dos interesses dos trabalhadores, um homem que como Governador do Paraná defendeu a agricultura, o pequeno agricultor, dando uma ênfase forte na questão da reforma agrária. O Senador Roberto Requião, como Governador do Paraná, em momento algum afrontou o Movimento dos trabalhadores, sou testemunha porque sempre tive uma sensibilidade enorme com esta situação, e os Deputados e a minha Região conhecem a minha posição política.

Foi o Governo que democratizou a questão agrária no Paraná, um governo que nunca fez um enfrentamento. E a história do Teixeira - sou um representante de Campo Bonito na Assembleia Legislativa, por duas vezes fui o Deputado Estadual mais votado daquele município - essa história que o Senador Roberto Requião mandou dizimar aquele líder, isso é história de político adversário, que fez isso com o único objetivo de tentar arranhar a sua imagem!

Houve no período do Governo Requião, o estabelecimento de uma comissão para negociar, caso a caso, as

invasões e ocupações de terras no Paraná, de modo que é preciso colocar os pingos nos "is": teve erros no Governo Requião? Lógico que teve, todavia não podemos imputar a um político de grande sensibilidade social, que fez um governo voltado para as classes menos protegidas pela sorte, desfavorecidos de nosso Estado. Um governo sério, um governo que tratou os trabalhadores, os sem-terras, os agricultores, os pequenos agricultores, da forma mais respeitável possível. E a justiça haverá de prevalecer! Não serão as acusações descabidas que irão manchar o nome deste homem que governou o Paraná com firmeza, com seriedade, com honradez!

Quanto à questão do Teixeira, temos no nosso Gabinete documentação; temos a palavra dos sem-terras que vivem lá em Campo Bonito e que são testemunhas da verdade do que lá ocorreu. De forma que não haverá de pegar - como não pegou até hoje - esta acusação levianade que o Senador Roberto Requião, quando Governador, deu ordens para que houvesse a execução do líder Teixeira, como os agricultores de Campo Bonito não acreditam nesta história.

Quero parabenizar, o Senador Roberto Requião fez justiça, honrou o Paraná estando à frente de um Movimento que quer, na verdade, um pedaço de terra para trabalhar. Porque veja, Deputado Romanelli, enquanto alguns assaltam, roubam, enquanto alguns não querem trabalhar, o que querem os sem-terras? Querem um pedaço de terra para se estabelecer! E têm que vir a Curitiba fazer manifestação na frente do palácio, têm que ir a Brasília, têm que usar das forças que têm para sensibilizar os políticos que estão no Governo, tanto no Paraná como no Governo Federal.

Quero dizer aqui, ao finalizar, que o Senador Roberto Requião é um político que merece, sim, o nosso respeito! E não podemos imputar falsas afirmações, sobretudo quando ao caso de Campo Bonito.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Deputado Nereu Moura, queria agradecer ao aparte que Vossa Excelência fez, e dizer que, de Vossa Excelência, que é um Parlamentar brilhante, só podia

esperar uma postura firme como esta que o senhor mostrou!

Concedo aparte ao Deputado...

O Sr. Ademar Traiano - Traiano, Deputado, por favor! Sei que estou mal com Vossa Excelência, mas Vossa Excelência está um tanto quanto equivocado, com certeza, e a manhã não é própria, talvez seja esta a razão de Vossa Excelência ter esquecido o meu nome!

Gostaria de dizer ao nobre Deputado Romanelli - Luiz "Carlos" Romanelli - há um velho ditado, conhecido de todos: "Quer conhecer o homem, dê o poder a ele". E o ex-Governador Roberto Requião, os paranaenses já tiveram a oportunidade de conhecê-lo, porque ocupou o poder.

Eu disse aqui, em algumas outras oportunidades, quando de apartes que me foram concedidos pelos Parlamentares de Oposição, que a história do Governador Roberto Requião é uma história construída com manchas profundas, com cicatrizes profundas em todo o segmento da sociedade paranaense - talvez Vossa Excelência se surpreenda - mas uma história construída de traições, Deputado Romanelli! Disse aqui das traições que o Senador Roberto Requião fez ao ex-Governador José Richa, que o fez Prefeito de Curitiba - diga-se de passagem, quando Governador - com ajuda de todos os paranaenses do interior do Paraná: Prefeitos, Vereadores, que vieram para cá num verdadeiro mutirão, encabeçado pelo então Governador José Richa.

Mais tarde traiu o Governador Álvaro Dias, que permaneceu no Governo para mantê-lo, para fazê-lo Governador do Estado. Mais tarde, traiu o ex-Governador Mário Pereira, e a traição mais recente foi com Vossa Excelência, quando candidato a vice-Prefeito aqui na Capital do Estado. Afrontou o seu candidato a Prefeito, o Deputado Max Rosenmann - é público e notório isso! E não se surpreendam se não acontecer mais uma traição com o Movimento Sem Terra, porque quando o Senador Roberto Requião vem a público para se manifestar, em movimentos de toda ordem, dele pode se esperar a reação, com certeza, pior possível.

Não se surpreendam - o Movimento Sem Terra - se não acontecer mais uma traição do Senador Roberto Requião! E

olha, quero dizer a Vossa Excelência, que fiquei surpreso realmente, ontem - comigo estavam representantes fortes do PT do interior - e se surpreendiam pela forma inexpressiva como esse Movimento aconteceu. E eu, que sou do interior e percorro os caminhos deste interior do Paraná, tive a oportunidade de presenciar esta semana, a marcha dos sem-terras.

Não quero, de forma alguma, tirar o mérito da marcha dos sem-terras, mas ela era muito pequena; cruzei pelos sem-terras aqui em Campo Largo, semana passada, não tinha mais de cinquenta. Aqueles que estavam aqui eram, sem sombra de dúvidas, os homens do Requião aqui na Capital do Estado, que se somaram ontem - no número máximo de mil pessoas - a, quem sabe, cinquenta, sessenta sem terras do interior do Paraná!

Por essa razão, acho que mais uma vez o Senador Roberto Requião deu uma demonstração de fraqueza, a sua liderança está a cada dia que passa sumindo, e não tenho dúvida: os paranaenses saberão perfeitamente entender, no momento oportuno, aqueles que estão com a verdade.

Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Luiz Claudio Romanelli, e entendo a forma como Vossa Excelência, de uma forma muito forte, na defesa intransigente das suas idéias, vem na tribuna fazer a defesa do Senador Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Gostaria de dizer o seguinte, que de novo dá para se verificar que o nobre Deputado Ademar "Caíto" Traiano, não entende outra coisa porque, Senhor Presidente, ele é recorrente. Porque, inclusive quando ele me chama de "Luiz Carlos", é no sentido de lembrar daquele que um dia ele também traiu, o "Luiz Carlos" Caíto Quintana, que Vossa Excelência na verdade traiu um dia também, quando se lançou candidato!

Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Romanelli, se o Senador Roberto Requião não tem tanta liderança, não há porque se preocupar com ele. Aqui nessa Casa estamos vendo, nos últimos

tempos, apenas a discussão em torno do Senador Roberto Requião.

Então, se ele não tem liderança, porque preocupar-se com ele?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra se encontra com o ilustre orador.

No encerramento do seu pronunciamento, concedemos mais dois minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Concedo aparte ao Deputado Augustinho Zuk.

O Sr. Augustinho Zucchi - Gostaria de agradecer o aparte.

O Movimento Sem Terra do Paraná e do Brasil, certamente é o Movimento mais organizado da sociedade civil ou um dos mais organizados. Vieram aqui em frente ao Palácio Iguazu e na Boca Maldita, e da minha parte, entendo perfeitamente o Movimento, acho que é um Movimento justo, que busca alternativas para incorporar no setor produtivo pessoas que dele estão alijadas.

Particularmente, gostaria de deixar claro que enganam-se todos aqueles - mas redondamente - que pensam que vão utilizar o MST para qualquer finalidade. Se o Governo entendeu que o Movimento foi um Movimento de oposição, está equivocado. É um Movimento com objetivos claros. E o Senador Roberto Requião, como Senador que é, tem o direito de se posicionar da forma que bem entender. Se ele acompanhou o Movimento, acho que é um posicionamento político dele.

Mas acho que o Movimento que aqui esteve ontem, tem objetivos claríssimos: buscar alternativas com relação à viabilização da reforma agrária, e com certeza absoluta imagino que não será, por uma ou por outra corrente, usado, com qualquer finalidade que seja. Acho que o Movimento que esteve aí - com fracasso, com problemas ou não - é um Movimento que tem a razão de trabalhar em busca de seus objetivos que são, na verdade, as alternativas viáveis com relação à questão da reforma agrária, com relação ao apoio à pequenas propriedade, à propriedade familiar que também defendemos.

Acho que a vinda deles a Curitiba é uma vinda que representa o grito - mais uma vez - de centenas, de mi-

lhares de famílias que estão desesperadas em busca de emprego, em busca de uma propriedade, em busca de não perder as suas pequenas propriedades. E por isso acho o Movimento - que não é só do Paraná, mas um Movimento que tem cunho nacional - um Movimento que tem o respeito da população do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pedindo anuência do orador, em nome do Deputado Luiz Accorsi, saúdo o Doutor Virgílio dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Diamante do Norte, juntamente com o seu assessor, José Mauro, que aqui nos honram.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Com o aparte, o Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Primeiro gostaria de parabenizar o PMDB nas figuras públicas que representam a Assembléia e o Senado, pelo apoio dado à manifestação do MST. Dizer para os Deputados que nós, do PT, temos apoiado o MST - alguns eventos nem tanto, porque às vezes não concordamos com algumas práticas - mas como movimento social e a diretriz com que trabalha pela luta pelo emprego, por um pedaço de chão, para produzir, nós apoiamos.

Como podemos carregar o bônus desse apoio, carregamos desde a fundação do PT, o ônus, o ônus de seremos criticados. Quando fazia a campanha para Vereador, eles falavam: "Este cara é do PT! Este cara é invasor de terras. Não vota nele!" Esse ônus carregamos. Então, ninguém pode dizer aqui que político "A", político "B" vai querer tirar proveito do Movimento Sem Terra, todos são convidados a subir no palanque e dar uma declaração de apoio ao Movimento Sem Terra, porque estará dando apoio a uma causa justa, reconhecida internacionalmente por aqueles que querem um pedaço de chão e querem emprego numa terra que sobra, num pedaço de chão com capim e quatro, cinco cabeças de boi para justificar a produtividade, terra muitas vezes grilada, metade documentada e metade sem documento.

Todos estão convidados para subir neste palanque, e quem quiser usufruir eleitoralmente também está convidado, porque a eleição faz parte do

processo democrático brasileiro e o sem terra tem voto!

Vou contar uma história para vocês: lá no Município de Laranjal, o Prefeito apoiou o Movimento Sem Terra - o Prefeito do PDT, na época do Jaime Lerner - e aí foi lá na frente pedir para a polícia baixar as armas, enquanto esperasse a declaração do INCRA. Hoje estão assentados, estão produzindo a maior safra de milho do município! Não tinham caminhão para puxar milho e a COAGRE - Cooperativa dos Sem Terra de Cantagalo foi lá e ajeitou as estradas, porque a Prefeitura não tinha dinheiro. Chegaram as eleições, o Prefeito do PFL, que havia escorraçado, feito campanha - estava ganhando por 200 votos. Finalmente chegou a urna do Chapadão com mais de 300 votos, e ele só ganhou 7.

Portanto, os eleitores daquele município, produtores de grãos, de galinhas, de porcos, são eleitores e cidadãos do Município de Laranjal, deram a vitória ao Prefeito, portanto, é legítimo. O Prefeito não é do PT, então é legítimo.

Todos então, são convidados a partilhar, primeiro da luta da terra, ajudar o MST e, quem sabe, desfrutar também de uns votinhos, se assim o merecer.

Muito obrigado..

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, apenas para que o contraditório possa ser estabelecido, não posso deixar de contemplar aqui com um aparte, o meu antigo colega da Câmara de Vereadores de Curitiba, na qual tive a honra de tê-lo tido como meu Presidente, o Deputado Horácio Rodrigues.

O Sr. Horácio Rodrigues - Obrigado.

Cederia também o espaço do PL para que Vossa Excelência tenha mais tempo na tribuna.

Acredito que o Movimento Sem Terra - o antigo MRT, capitaneado pelo Julião, o covarde Julião, o homem que fugiu da lide na hora certa - é um movimento válido, é a prova cabal da incompetência do Governo Federal, da incompetência do Governo Estadual e da incompetência dos governos municipais. Isso em todo o Brasil. É um Movimento justo que tem que ser ordeiro, tem que ser pacífico e não pode, de forma ne-

nhuma, cair nas mãos de baderneiros, de homens que querem fazer uma revolução que não sabem que pode trazer, novamente, o jugo militar para a Nação, o grande risco que corre a Pátria por falta de orientação governamental em todos os níveis e ficamos preocupados.

Ficamos preocupados porque entendemos que o Presidente da República, neste momento, usa o Movimento Sem Terra para esconder o desemprego, o morte de crianças, a falta de amparo ao pequeno lavrador. O Movimento Sem Terra é uma coisa necessária para o Governo Federal, enquanto ele ainda tem um pouquinho de dinheiro, enquanto ele abre os portos do Brasil deixando entrar esta bagulheira do Japão, Hong-Kong e coisas mais, ele se esconde atrás de um Movimento para assustar a população das cidades, porque já disse o Jaime Lerner: "A solução das cidades está no campo". Todo mundo esqueceu dessa frase, inclusive o Senhor Governador. "A solução das cidades está no campo"!

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Agradeço, Deputado Horácio Rodrigues, embora a frase não tenha sido de Jaime Lerner, tenha sido do Presidente Frank Delano Roosevelt. Agora, o Jaime Lerner disse, inclusive, o contrário, que a solução do País está nas cidades. Mas, não vou ficar aqui citando o Governador, até pelas qualidades que, eventualmente, ele possa ter.

Agora, queria concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizendo que esta Casa aqui tem uma responsabilidade histórica de criar mecanismos e instrumentos. Primeiro, Deputado Valdir Rossoni, nesta tribuna aqui, até hoje só falei bem do Projeto das "Vilas Rurais", que na minha avaliação é, seguramente, uma das poucas coisas boas que esse Governo fez até agora. E tenho ressaltado isso desde a primeira vez que toquei neste assunto, e aliás, tenho sido, às vezes, muito questionado por essa minha postura.

Segundo lugar: o Deputado Horácio Rodrigues fez uma menção que não posso deixar passar, ou seja, o Francisco Julião, das Ligas Camponesas, foi uma figura da história do nosso País, uma figura generosa, um homem que, na verdade, se este País aqui um

dia tiver que - e deverá ter, sim - rescrever a história, não pela ótica dos vencedores, mas pela ótica dos vencidos, certamente o Francisco Julião será um herói na história da República Brasileira.

E temos, Senhor Presidente, que dar um passo adiante, esta Casa tem que aprovar o Projeto do FUNDAF - Fundo de Apoio à Agricultura Familiar, que é da maior importância, para apoiar a pequena propriedade e o pequeno produtor. Não podemos mais nos omitir nas grandes questões que envolvem, efetivamente, dinheiro público e que possam apoiar, efetivamente, o pequeno produtor, porque o ano que vem, todas Vossas Excelências - a maioria aqui - estarão batendo à porta do pequeno agricultor, correndo nas linhas, nas pequenas propriedades, andando e pedindo votos, justamente para o povo e o povo não vai nos perdoar se aqui ouvimos vozes apenas que defendem os latifundiários e os grandes proprietários.

Por isso Excelência, para concluir, tenho certeza que esta Casa e esta Presidência poderão colocar, fazer uma articulação, para que possamos votar este Projeto da FUNDAF, que na minha avaliação, é um projeto da maior importância.

E quero dizer a Vossa Excelência que foi muito importante para mim, ter tido os apartes que tive, porque esse assunto é extremamente importante.

Viva o MST!!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) -

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, é com satisfação que a Mesa Executiva, em nome do Deputado Ademar Traiano, registra a presença do Prefeito de Capitão Leônidas Marques, juntamente com os Senhores Vereadores e empresários, que nos honram nesta manhã.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, queria registrar a presença de legisladores importantes e de muita capacidade: o nosso Presidente da ACAMDOZE, Vereador José Lopes, da Cidade de Goioerê, e também Chefe do Núcleo da Educação. Também com ele o Vereador Evaldo Kovalsk, da Cidade de Goioerê, e também o Anibaldo Bueno, Vereador da Cidade de Quarto Centenário, que nos honram aqui hoje.

E dizer que o Anibaldo era do PDT e está vindo para o PFL; o Evaldo era do PSDB e está vindo para o PFL; e também o José Lopes, que era do PSDB e está vindo para o PFL.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente registrado, ilustre Deputado Nelson Tureck.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero me somar ao Deputado Ademar Traiano no registro às honrosas presenças das lideranças de Capitão Leônidas Marques, os Senhores Prefeitos, Vereadores, empresários daquela cidade que aqui vieram, ontem e hoje, na busca de condições de gerar empregos e desenvolvimento no interior do Paraná. Também quero então, registrar e dizer que para nós é uma honra tê-los aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado no registro das autoridades visitantes, pelo ilustre Deputado Nereu Moura. Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero aproveitar aqui, antes de fazer o meu pronunciamento, cumprimentar também os meus amigos e Vereadores de São Mateus do Sul, que estão aqui presentes, prestigiando e assistindo esta sessão. Mas gostaria, principalmente, de ter a atenção do Deputado Romanelli. Gostaria que ele me desse o prazer, como lhe dei, ouvindo, interpretando a sua preocupação com esta questão social. Também disse no meu aparte, que nunca vi Vossa Excelência fazer um pronunciamento com tanta convicção, como o de hoje. Eu o cumpro pelo pronunciamento.

Parece que os Deputados que apoiam o Governador Jaime Lerner estão contra o movimento. O Governador Jaime Lerner tem por prática, muito antes do discurso fácil - que é o contrário de muitos - é a prática. Nós agimos. Somos o único governo desse País, estadual, que tem um programa voltado para essa questão social e até elogiado pelo ilustre Deputado, o qual nos envaidece, porque este programa tem um grande alcance social. É natural que

muitos podem descuidar, mas o Governador Jaime Lerner está fazendo algo.

Que fique claro aqui, que quando pedimos um aparte ou vamos fazer um pronunciamento, não é porque somos contra esse Movimento tão importante. Prova disso é a ação do governo, é a forma como o nosso governo tem tratado democraticamente, com muito cuidado, porque não queremos transformar essa questão social num campo de guerra. Não queremos usar a força. O Governador tem procurado de todas as formas o diálogo. Às vezes acusado, como ontem, dizendo que o governo é frouxo nesta questão. Não, o governo é precavido. O governo não quer ser manchado, como foram manchados governos anteriores - e vou mostrar aqui para os senhores - por crimes, sangue e morte. E é por isso que temos que ter todo o cuidado.

Desde o primeiro instante que essa marcha saiu do interior para vir a Curitiba, a Prefeitura de Curitiba, através do nosso Prefeito Cássio Taniguchi, a grande preocupação do Prefeito Cássio era dar ao MST um local onde tivesse a infra-estrutura para que eles não viessem sofrer na Capital do Estado.

Agora à tarde o Governador recebe o Movimento para discutir pontos importantes para podermos avançar, porque as soluções dos problemas, principalmente de problemas graves como esse têm que ter a participação de toda a população, porque governo sozinho não consegue.

Não podemos esquecer e nem atribuir que essa questão social é culpa do Governo Estadual, porque quando estivermos encerrando o governo, ano que vem mais de cem mil pessoas estarão sendo atendidas pelo Governo do Paraná.

Nós temos e ouvia há pouco um comentário do Geraldo Mazza, se todos os Estados brasileiros tivessem esta mesma ação, não seriam cem mil famílias, seriam dois milhões e trezentas mil famílias que seriam atendidas através das "Vilas Rurais", se cada Estado tivesse esta ação. Mas o que me preocupa - e aí é que quero entrar na questão e não quero discutir a questão do MST que tem todo nosso apoio, nossa solidariedade e também aplaudo o encerramento do pronunciamento do Deputado Romanelli. Mas têm muitas pessoas que têm que ter a capacidade de sentir

onde você é ou não bem-vindo. Tem momentos que é melhor você estar ausente, assim você estará contribuindo para que aquele movimento, aquela manifestação tenha êxito. E o Senador Roberto Requião perdeu esta oportunidade de ficar ausente, porque é claro que está na mente do trabalhador rural deste Estado, é claro que está na mente do MST as ações quando este cidadão foi Governador do Paraná!

Tenho aqui, Deputado Horácio Rodrigues, e Vossa Excelência que é tão competente, um homem polêmico, um homem que estou aprendendo a admirar pela sua capacidade aqui no Plenário de discutir as questões do Paraná, tenho uma grande admiração por Vossa Excelência! Mas quero dizer, por exercer o cargo de Líder do Governo, talvez, quando o Senador Roberto Requião lá, há dias atrás, usou o programa eleitoral, convocando a sociedade paranaense para apoiar este movimento, se ele tivesse calado, ele teria contribuído muito mais!

Está aqui, meus amigos, e temos que recordar, recordar algo do passado, que é importante: "Deputado do PT responsabiliza o Governador. O Deputado Federal Pedro Tonelli, do PT, criticou o Governador Requião pela sua conduta frente aos acontecimentos em Campo Bonito".

Tenho aqui mais documentos e podemos voltar na semana que vem para ter maior repercussão e até poder dar uma contribuição ao Senador da República, Roberto Requião, para que ele não queira usar este Movimento politicamente, porque ele está prejudicando o Movimento! Prova disso foi o fracasso de ontem, ao qual atribuo a participação do Senador.

Tenho aqui alguns recortes de jornal do passado para clarear a nossa memória e para recordarmos um pouquinho. Está aqui: "O massacre de Campo Bonito!" E aí, diz aqui, ao lado: "D. Lúcia chora". Sabem quem é a Dona Lúcia? É a esposa do Teixeira! E aqui diz o seguinte: "A foto distribuída..." Aí começou a dar o desespero, a oposição fica feliz quando eles falam lá do outro lado, quando eles não têm o contraditório, mas quando eles têm o contraditório aí demonstra quem está desesperado!

E a Dona Lúcia, Senhor Presidente, não sei se sou um homem polêmico,

ou se é o Deputado Horácio Rodrigues, mas cada vez que venho a tribuna falar algumas verdades, agita-se a oposição ao Governo Jaime Lerner porque não tem resposta, porque são provas cabais que estou mostrando aqui! E é por isso que estou chamando à responsabilidade o Senador Roberto Requião, para que ele contribua com o MST se escondendo - sendo inteligente como ele é - ficando em casa, não conclamando a população, para não acontecer novos movimentos fracassados como aconteceu ontem. Tenho certeza absoluta que, com a ausência do Senador, ontem estariam cidadãos paranaenses presentes, que só não foram para não se encontrar com ele, porque ele não contribui em nada!

E quando eu disse aqui, começou a dar o desespero e tenho que voltar a esta questão, quando a foto aqui mostrada, do homem de arma em punho fazendo treinamento de tiro ao alvo, logo após a morte do Teixeirinha. Mostraram esta foto e a esposa do então Teixeirinha, chorou ao vê-la. Isso é importante ser recordado quando coloco aqui, porque teremos mais movimentos, teremos mais manifestações no futuro, e se eu fosse oportunista, poderia ter feito este pronunciamento na segunda-feira e não o fiz, porque achei que o Senador e muitos dos Senhores teriam a inteligência e a competência de se colocar no seu devido lugar, mas como não souberam, tenho que fazer este pronunciamento.

Desculpe não dar o aparte agora, Deputado Nereu Moura, senão quebra a sequência do meu pronunciamento.

Tem um outro aqui que diz o seguinte: "Companheiro de Partido, Varisco, reafirma: 'Requião mandou matar Teixeirinha'". E eram do mesmo Partido! Temos mais aqui - agora para que os senhores tenham uma bela recordação, Deputado Rosinha, é importante - tem aqui o depoimento do funcionário responsável do Governo anterior, através de uma carta que ele manda ao então Governador Requião, o Senhor Horácio Martins de Carvalho - e para eu não me tornar aqui até chato no meu pronunciamento, e muito longo - é importante, Deputado Tureck, para que Vossa Excelência tenha conhecimento. O funcionário responsável pediu demissão por não concordar com as ações do então Governador, ações violentas. E cito aqui só uma parte do que ele

fala: "Estou me convencendo pelas evidências do presente e pelas suas relações com o MST, no passado recente, que Vossa Excelência é o responsável pela morte do Teixeira".

Ora, meus amigos! Quem está falando isso é o responsável pela questão do Governo Requião. Além disso, ele fala - vou ler aqui se Vossas Excelências aceitarem, vou enviar uma cópia desta carta que o Senhor Carvalho mandou ao ex-Governador, para que Vossas Excelências leiam, saibam e entendam o porquê do meu pronunciamento. E porquê afirmo com certeza e com convicção que o Senador Roberto Requião quisesse contribuir com o MST, jamais poderia estar presente ontem? Porque ele destrói o Movimento, ele divide o Movimento, que muitos podem até ser "papagaio de televisão" para ele. Mas tenho certeza que a grande maioria está preocupada, sim, em resolver o problema e não arrumar palanque para oportunistas que quando governam agem de uma forma violenta.

E hoje pela manhã ouvi uma entrevista do ilustre Senador, quando ele dizia: "O Governo do Paraná atual tinha que ficar 30 dias por mês sentado com o Movimento Sem Terra, negociando".

Ora, quem é este homem para vir aqui dar ensinamentos de como deve ser tratada a questão do Movimento e a questão social dos sem terras? Então, encaminho a Vossas Excelências toda a documentação. Tenho mais aqui, aonde foi atingido Teixeira, tenho a história de quando o Teixeira foi capturado, e que depois sofreu todas as humilhações possíveis para depois ser assassinado.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Essa é uma história já contada em verso e prosa pelo Paraná inteiro! Pelos politiquinhos iguais a Vossa Excelência!

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente, estou com a palavra!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - (Pela Ordem) - A Oposição protesta contra a posição do Deputado Valdir Rossoni e viu Vossa Excelência que está na Presidência, que concedi aparte a todos os oradores que me solicitaram. O Deputado Valdir Rossoni vai

para a tribuna e quer contar a história do jeito que acha que é. Mas ele tem que conceder aparte!

O SR. VALDIR ROSSONI - Reservo-me o direito de dar aparte a quem quiser e não interrompi o pronunciamento do Deputado Romanelli em nenhum instante. Quero ver se o senhor se irrita mais, vou mostrar a foto colorida.

(Mostra a foto)

Como tenho apenas três minutos e vou voltar a esta questão na próxima semana e até dar oportunidade aos ilustres e desesperados, para que eles se municiem de documentos, provas...

Aqui estamos para debater! Quer dizer que isto aqui não pode ser falado, quer dizer que isso aqui é politicagem, isto aqui é fazer alguém recuperar a memória. Principalmente o Senador Roberto Requião, que tanto diz que quer contribuir para esta questão social! E estou dando a forma ao Senador para que ele possa contribuir.

Quero dizer o seguinte: tenho aqui documentos e tenho certeza que depois deste meu pronunciamento vou ter que comprar uma caminhonete para colocar todos os documentos que estarão me mandando.

Tenho aqui: "Requião caça outros onze!" Essa era a forma de governar.

Então, quero dizer a Vossa Excelência, para encerrar: sabemos as limitações do nosso governo. Sabemos que somos incapazes de resolver todos os problemas sociais do Paraná. Mas de uma questão temos convicção: que a maneira com que o Governador Jaime Lerner trata as questões sociais do Paraná, é com extrema habilidade, é com extrema competência e com extrema seriedade e serenidade - meus irmãos - serenidade! Porque não é possível que se trate esta questão social da forma com que tratavam no passado e queiram vir aqui ditar normas de como devemos tratar! Porque temos certeza que como estamos tratando esta questão, está certo.

Tenho mais documentos e coloco à disposição dos Parlamentares. E, se por uma eventualidade os Deputados que estão insatisfeitos com o meu pronunciamento quiserem voltar a esta questão, com todo o prazer estaremos aqui, semana que vem, para discutirmos esta questão, e talvez até, convidarmos

aqui o juiz responsável, o delegado responsável, a esposa do então falecido, os familiares, o Senador Roberto Requião, para ele pedir desculpas ao povo do Paraná e ao MST. Podemos dar oportunidade a todos, porque sempre há tempo para corrigir os grandes erros. Temos que dar oportunidade e nós aqui, da situação, que apoiamos o Governador Jaime Lerner, damos essa oportunidade ao Senador: que ele venha a esta Casa, ou venha aqui na praça pública e montamos um palanque, não com três mil pessoas, mas com cinquenta, e para que ele peça desculpas ao povo paranaense! Aí sim ele pode voltar a contribuir para que esse movimento tenha o seu objetivo alcançado. Era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- O Deputado Kielse Crisóstomo anuncia com satisfação, associada pela Mesa Executiva, a presença do Prefeito Marcel, de Mato Rico, juntamente com o ex-Prefeito Tite, que na manhã de hoje nos honram acompanhando esta sessão matinal.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inscrevi-me no Pequeno Expediente, antes da polêmica gerada neste Plenário.

Quero dizer aos Senhores Deputados que tanto na legislatura anterior como na atual, a minha postura tem sido em defesa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e não entendendo que o ato de ontem tenha sido um fracasso, mas tenha sido um ato de uma força política extraordinária em nosso Estado. Tanto é que o objetivo deste ato é o da libertação de presos políticos feitos pelo atual governo, e no dia do ato dois presos políticos já foram libertados.

E continuaremos apoiando o Movimento Sem Terra enquanto nesse País não tiver reforma agrária. E no governo anterior como neste, continuamos condenando a violência contra o Movimento Sem Terra, seja a violência do assassinato do companheiro Teixeira, ou seja a violência de Santa Izael do Ivaí - esta será a nossa postura. Este Deputado não tem memória cur-

ta para esquecer a história do Paraná, e a minha posição tem sido divulgada na imprensa deste Estado em relação às coligações e alianças do meu Partido.

O Partido dos Trabalhadores - tenho defendido - que saia com candidatura própria, para mostrar a nossa ideologia e a nossa proposta. Mas isso fará parte de um debate que quero ter dentro do meu Partido.

Quanto ao MST, nós do Partido dos Trabalhadores, entendemos que só há assentamentos agrários neste País porque existe Movimento Sem Terra. Na hora em que movimentos pela moradia ganhar a repercussão que ganha o Movimento Sem Terra, os Sem Teto conseguirão casa para morar.

Mas, inscrevi-me neste Pequeno Expediente e quero falar sobre a razão que levou-me a isto.

Hoje a imprensa nacional ou do mundo inteiro tem divulgado que a Coreia estatiza a "Kia Motors", hoje se chama projeto neoliberal, tudo aquilo do setor privado que tem prejuízo se estatiza, tudo aquilo que dá lucro privatiza, e coloca o Estado a serviço da economia e dos grandes empresários e das multinacionais.

O nosso País, como disse Luiz Fiori, economista, está vendendo hidrelétricas, comunicação, ruas e estradas, vende-se tudo em nome do projeto neoliberal. E o Governo Federal propõe uma reforma administrativa na qual propõe às organizações sociais, ou seja, repassado em verba pública para o atendimento da área social como saúde e educação.

Propôs o Governo Federal, uma medida provisória, que foi interrompida por deliberação do Conselho Nacional de Saúde contra a privatização do sistema de saúde, quando nem o serviço estatal é executado.

A nível nacional, as frentes de esquerda tem se colocado em posição contrária. Aqui em Curitiba, o Prefeito Cássio Taniguchi, ex-Secretário do Planejamento, do PFL, em aliança com o seu Secretário de Saúde do PSDB, Secretário da Saúde do Paraná, de Curitiba, PSB, se tornaram socialistas de um dia para o outro, acobertados e apadrinhados pelo PFL.

Propõe o Prefeito a criação de organizações sociais, e envia mensagem para a Câmara, privatizando saúde, educação, cultura e serviço social.

Dizem eles que aí podem executar o papel que o Estado não consegue, porque o Estado é ineficiente, ineficaz e faz serviço de má qualidade. Quem é que controla o SUS, se não é o Estado, não é a Prefeitura, na qual está totalmente municipalizado. Se está municipalizado, o contato com os hospitais é assinado pela Prefeitura de Curitiba, ela pode fazer, executar serviço de boa qualidade no setor privado. Não o faz! E o público? Ela joga para o privado.

Enquanto em Brasília, a Mensagem Provisória estava sendo redigida, o Conselho Nacional de Saúde se manifesta contra, com o voto dos Peessebistas que estavam no Conselho, como conselheiros, o Governo Federal recua e não faz a Medida Provisória. Aqui, vai para a discussão no Conselho Municipal, ontem foi discutido, cujo Presidente é do PSDB. O Presidente do Conselho Municipal coloca em discussão quando verifica que a Plenária iria votar contrário à lei, contrário ao pedido de projeto de lei do Prefeito, o Secretário manobra a Mesa e não coloca em votação. E pior, orienta todos aqueles que representam o Senhor Prefeito a se retirarem do Plenário, para que não dê quorum para se votar. Essa é a manobra do Conselho Municipal de Saúde.

Aí, dizem: não, na hora que privatizar, o Conselho não vai perder o poder, não vai perder a força. Se já não tem força agora, por que ele retira os conselheiros ligados a ele? Não pode este Parlamento, se por acaso, se um dia vier este tipo de mensagem, não podemos colocar nós, colocar a única coisa que cabe de ver para o Estado, hoje, que é a saúde, educação e esse serviço social. Não se pode permitir que o Estado nem isso mais execute. Sabem por que querem passar para organizações sociais? A Inglaterra, que foi a primeira que passou, no ano passado, foi setenta milhões de dólares, que o Estado inglês repassou as organizações sociais ao serviço privado. O "Service Health" - o nome inglês de saúde - hoje já está sendo chamado de "Help Health", ou seja, "Socorro para a Saúde" porque o sistema de saúde que existia na Europa está sendo detonado pelo projeto neoliberalista.

E quando o Estado tem dinheiro, dá para o setor privado. Na hora em

que uma organização social dessa falir, sabe o que está escrito na lei? Retornam todos os patrimônios para o serviço público. O que a organização ganha? A empresa, o patrimônio - que já é público - os funcionários - que já são públicos - o dinheiro - que é público - depois de um ano explorando, vai à falência por desvio de dinheiro, aí retorna tudo ao erário público.

Sabemos dos Senhores Deputados, que o Estado é solidário em todas as suas ações, os funcionários das organizações sociais, serão contratados por CLT, aquele que for preciso para complementar o quadro. Não pagando FGTS, INSS, 13º e outras questões, processada a organização social, o Estado é solidário, a Prefeitura é quem vai pagar. É assim que funciona a justiça do trabalho no nosso País.

Quantas prestadoras de serviços, que prestam serviço para a Caixa Econômica, para o Banco do Brasil, não pagam os vigias, eles processam a Caixa Econômica e o Banco do Brasil quem entra solidariamente. Essa é a lei! E isso não é revogado a nível de município, porque é impossível. E quando a população, através do Conselho Municipal de Saúde, quer se manifestar contra, o Secretário manobra, não coloca em votação e retira os seus delegados da Plenária para não dar quorum. É assim que avança o projeto neoliberal no nosso País e no mundo.

Aí, na hora em que falei igual a "Kia Veículos" vamos estatizar porque deu prejuízo!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos comparecendo à tribuna de hoje para comunicarmos aos Senhores Deputados que, dentro de alguns instantes, no gabinete de cada um estará - possivelmente já esteja - uma cópia da Resolução nº 2.433, do Banco Central do Brasil, que estamos pedindo seja registrada, transcrita nos Anais da sessão de hoje, já que essa Resolução nº 2.433, do dia 16 de outubro de 1997 trata justamente dos mecanismos, das condições, dos procedimentos a serem observados, com relação ao processo de alongamento das dívidas ori-

ginárias de crédito rural, que foram securitizados no ano de 1995.

Solicito a atenção dos Senhores Deputados no sentido de que o Artigo 1º estabelece todos os mecanismos pelos quais as instituições financeiras deverão fornecer os extratos desta conta aos produtores rurais. O extrato original, o extrato da dívida securitizada, ou melhor, do saldo consolidado no dia 30.11.95 - então, o artigo 1º trata desta questão: que devem ser fornecidos.

O Artigo 2º trata dos prazos que o produtor rural terá, que a instituição financeira terá, caso haja recurso, discordância do produtor. Então, existe um prazo para ele contestar esse extrato, existe um prazo para a instituição fornecer um novo extrato e vai por aí adiante.

O Artigo 3º fala que a instituição financeira deve adotar as providências necessárias à continuidade da assistência creditícia à mutuários contemplados com o alongamento, O que está explicitado é que, mesmo alongada a dívida, mesmo permanecendo a securitização, o produtor rural deverá ser contemplado com novos créditos, para que possa continuar desenvolvendo a atividade rural, de forma que possa obter recursos para o sustento de sua família, de forma que possa obter recursos para saldar essa dívida securitizada e, evidentemente, permanecer na atividade.

O Artigo 4º é o que determina efetivamente a prorrogação, que estabelece que é devida o alongamento, a prorrogação parcial ou integral da dívida securitizada; obedecendo alguns critérios, como por exemplo: se o produtor teve frustração de safra, se teve dificuldades na comercialização do seu produto ou se não obteve, por exemplo, financiamento na safra anterior, que foi a safra de 96/97.

O Artigo 5º fala das garantias, porque quando foi securitizado - é bom que se relembre isso - os produtores muitas vezes foram forçados a oferecer garantias adicionais, além justamente daquilo que deviam, e agora deixaram de ser necessárias, porque com o recálculo dessa dívida, certamente o valor devido será menor e, portanto, as garantias existentes estarão muito além do necessário. então, fala-se da liberação dessas garantias.

Peço aos Senhores Deputados muita atenção na leitura desse documento. Peço que cada um, na sua área de atuação parlamentar, procure manter contato com as gerências de Bancos, com as Cooperativas, com os Sindicatos Rurais e de Trabalhadores Rurais, com Prefeitos e Vereadores, para que todos possamos nos somar a essa luta em favor do alongamento dessa primeira parcela, que vem a encerrar agora, no dia 31.10.97 e para que os produtores possam continuar produzindo.

É uma luta muito grandiosa. Quero, na sessão de hoje, render minhas homenagens aos Senadores do Paraná, ao Requião, ao Osmar, e a todos os Deputados Federais que integram a Frente Parlamentar da Agropecuária, no Congresso Nacional, porque essa conquista é fruto da luta dos Deputados Federais e dos Senadores, não só do nosso Estado, que, com muita presteza estiveram à frente desta caminhada, buscando encontrar mecanismos que não são todos aqueles que queríamos, mas são mecanismos pelos quais é possível dar um alento aos produtores rurais endividados e securitizados.

Vejo que, no Brasil, muitas dívidas de Estados, de municípios, de Bancos, de empresas, têm sido alongadas, prorrogadas por até 30 anos, e aos produtores rurais se deu o direito de prolongar por até 7 anos! Então, é necessário que se faça um reestudo disso e se dê condição aos produtores rurais de continuar a sua luta.

Antes de finalizar, quero, mais uma vez, pedir ao Deputado Valdir Rossoni, na condição de Líder do Governo, como já fizemos na reunião da última quinta-feira, no Plenarinho, que interceda junto ao Governador do Estado, que interceda junto ao Secretários da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda, para que possamos ter, sem mais demora, na semana que vem, a audiência com as lideranças dos trabalhadores rurais, para que possamos, de uma vez por todas - também aqui no Paraná, a exemplo do que fez em Brasília o Banco Central, evidentemente o Presidente da República e os Ministros - encontrar uma solução para as dívidas securitizadas, dentro do "Panela Cheia".

Temos o projeto do Deputado Caíto Quintana tramitando, é um projeto que dá condições para se resolver o

problema. Agora, não podemos virar as costas para os 14.438 produtores que tiveram suas dívidas securitizadas e que no processo de securitização o BANESTADO desprezou a cláusula de equivalência produto - milho. E, ao desprezar a cláusula da equivalência produto - milho, a dívida de cada um desses produtores foi acrescida de encargos, de juros além do que era devido.

Então, Deputado Valdir Rossoni, é necessário que façamos esta reunião, afinal de contas o montante de recursos necessários para solucionar este problema não corresponde nem a 10% daquilo que já foi liberado neste pouco mais de uma ano de apoio do Estado, à implantação da Renault no Paraná. Pelos jornais ficamos sabendo que já foram alocados recursos da ordem de 84 milhões à implantação da Renault. Para atender aos 14.438 produtores, o Governo precisará alocar, através do FDE, conforme estabelecia a lei que implantou o "Panela Cheia", apenas e tão somente recursos na ordem de 7.500.000 reais, divididos em 5 anos. Isto custaria ao erário público 1.500.000 de reais por ano e divididos por 14.438 produtores dá um comprometimento, um apoio do Governo do Estado, ao redor de 100 reais por produtor-ano, em termos de securitização da dívida do "Panela Cheia".

E mais ainda, Senhor Presidente, pedir também ao Deputado Rossoni, que façamos esforço, realmente, como já disse aqui o Deputado Romanelli, para que possamos aprovar o Fundo de Apoio à Agricultura Familiar. Nós, nesta Casa, sempre temos defendido, em primeiro lugar, o pequeno produtor rural, defendemos o MST, defendemos o grande produtor, somos contra qualquer coisa que contrarie a legislação e as instituições existentes em nosso País. E é por isso que precisamos institucionalizar, de uma vez por todas, o apoio à pequena propriedade, à agricultura familiar, através da aprovação do FUNDAF.

Era isso, obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estou inscrito para falar, mas vou declinar para falar na semana que vem, quando trarei a esta Casa farta documentação que vai provar, com contundência, a ação tran-

quila do Governador Roberto Requião no episódio de Campo Bonito.

Quando houve a invasão, o Governador Roberto Requião regularizou a ocupação e fez o assentamento, e quando houve aquele incidente lamentável, não titubeou de, prontamente, exonerar o Coronel da Polícia Militar, que era o Comandante da operação, lá em Campo Bonito. Trarei a esta Casa a documentação, porque acompanhei passo-a-passo todo o episódio: como o Governador Roberto Requião encaminhou para lá o Deputado José Tavares, que na época era Secretário de Justiça, o Secretário da Segurança Pública Moacir Favet - foram todos encaminhados em nome do Governo, para que não houvesse absolutamente nada que pudesse criar transtorno aos agricultores que estavam ocupando aquela propriedade.

Por isso, trarei na semana que vem, Senhor Presidente, para que toda esta Casa tome conhecimento.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Pela Ordem o ilustre Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, fico contente e feliz pela atitude do Deputado Nereu Moura, porque é muito importante realmente esclarecer isso para a opinião pública, é uma pena que vocês deixaram... É importante o posicionamento do Deputado Nereu Moura, porque é episódio aconteceu na sua Região, e é importante estabelecermos o contraditório, voltarmos a esta questão, quantas vezes for necessário, para que, de repente, possamos inocentar o então Senador Roberto Requião.

Acho importantíssimo essa atitude, e fico feliz do meu pronunciamento ter trazido à tona esta questão, e ter dado oportunidade para que eles possam trazer documentos para tentarmos inocentar o então Senador Roberto Requião.

O SR. SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado

Horácio Rodrigues, Pela Ordem.

O SR. HORÁCIO RODRIGUES (Pela Ordem) -

Pedi minha inscrição no Grande Expediente de segunda-feira, para que também possa me atualizar a respeito desta matéria.

Lamento que o Senhor Líder do Governo não está entendendo o momento profundo por que passa o novo viúvo do Senador Roberto Requião, o meu companheiro Romanelli.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Encerrado os Horários do Pequeno e do Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

Encerrado o Horário das Lideranças.

Não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei e autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, em número de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes de expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 334/97, de autoria do Senhor Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede em Curitiba e foro na Cidade de Florianópolis. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 334/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Wilson Marcelino Filho, com sede na Cidade de Curitiba e foro na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.10.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 442/97, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, que declara de Utilidade Pública a Associação Maria Mãe da Igreja - AMI, com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 442/97

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maria Mãe da Igreja - AMI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.10.97.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente
HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/97, que autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento do consumo de energia elétrica dos consumidores, cujas propriedades seja utilizadas para fins residenciais, que sejam monofásicas, da área urbana ou rural, cujo consumo de energia no mês não seja superior a 30 KWH (COPEL). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Em votação a Emenda da C.C.J.. Aprovada (Incorporada ao Projeto).**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/96, de autoria do Deputado Luiz

Carlos Zuk, que revoga a Lei nº 9.566/91 (BRDE).

PROJETO DE LEI Nº 112/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 9.566 de 04 de fevereiro de 1991.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04. 97

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

O BRDE é na atualidade o único Banco de Fomento Regional e que tem trazido grande apoio às empresas paranaenses e de toda Região Sul.

Constituído há trinta e cinco anos por ato desta augusta Casa, a Lei nº 9.566/91 comete pelo menos um grave equívoco ao propor a retirada do Estado do Paraná como participante do referido Banco. Ademais, percebe-se a caducidade da referida lei pelo disposto em seu Artigo 2º que a parte pertencente ao Estado do Paraná no BRDE se transferiria ao BADEP. Ora, o BADEP, já extinto por governo anterior nem sequer poderia atender tal dispositivo.

Assim, o presente projeto de lei visa restabelecer "in totum" a participação do Estado do Paraná no Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul - BRDE e evitar possíveis e graves equívocos. Deve-se salientar a notória participação do BRDE no desenvolvimento do Estado do Paraná como impulsionador de novos e necessários investimentos que tem gerado renda e emprego para a população.

LEI Nº 9.566

DATA: 04 de fevereiro de 1991

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder a retirada do Estado do Paraná, como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, ou a pleitear a liquidação do referido Banco, como especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à retirada do Estado do Paraná como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, ou a pleitear a liquidação ordinária do referido Banco, no caso de acordo entre os demais participantes.

Art. 2º - Em qualquer das duas hipóteses referidas no artigo anterior, o acervo líquido do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, que couber ao Estado do Paraná, será destinado prioritariamente, ao reforço do patrimônio do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba,
em 04 de fevereiro de 1991

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

JOSÉ BERNARDONI FILHO

Secretário de Estado do Planejamento

ADELINO RAMOS

Secretário de Estado da Fazenda

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 112/96

P A R E C E R:

Relatório

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, o Projeto de Lei em tela visa "revogar a Lei nº 9.566 de 04 de fevereiro de 1991", a qual autoriza o Poder Executivo a proceder à retirada do Estado do Paraná, como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, ou pleitear a liquidação do referido Banco, conforme especifica.

Fundamentação

Ao passar pela análise desta douta Comissão, a proposta em questão deve receber total apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, inexistindo qualquer impedimento nesse sentido.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.05.97
 (aa) JOEL COIMBRA - Presidente
 EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 112/97

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, objetiva **revogar a Lei nº 9.566, de 04 de fevereiro de 1991**, a qual autoriza o Poder Executivo a proceder à retirada do Estado do Paraná, como Estado participante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, ou a pleitear a liquidação ordinária do referido Banco.

Sobre a matéria, observamos já existir o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão não encontrou nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.06.97

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
 MILTINHO PUPPIO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 112/06, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 112/96 por 10 (dez) sessões.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
 - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, pessoalmente quero cumprimentar Vossa Excelência pelo projeto que faz, porque, sem dúvida, o momento presente do BRDE faz com que adotemos as medidas que possam assegurar a permanência desta instituição

financeira de fomento aqui, na Região Sul, aqui no CONESUL.

É evidente que a Lei nº 9.566/91 deve ter tido todas as motivações necessárias quando foi editada, até porque naquele momento se lutava com toda força e vigor, no sentido de fortalecer o nosso Banco de Desenvolvimento estadual, que era o BADEP. Naquela oportunidade, realmente o BRDE atravessava um dos seus momentos mais críticos. Então, naquele momento, acredito que existia até motivação e justificativa para que esta Assembléia autorizasse ao Governo do Estado, se necessário, sair do BRDE. Mas hoje, por tudo aquilo que temos acompanhado, por tudo aquilo que temos visto acontecer e, principalmente agora que o BRDE tem no seu comando o paranaense Fernando Fontana, entendo que nós, da Assembléia, nós, do Paraná, temos que desenvolver todas as ações possíveis e necessárias para fortalecer o Banco.

E Vossa Excelência, que tão bem preside o Conselho Parlamentar do Sul, sabe que hoje, a nível dos três Estados - pelo menos no que diz respeito ao Paraná e Santa Catarina e tenho certeza será também do Rio Grande do Sul - existe um sentimento muito forte quanto à permanência do BRDE, não apenas como um Banco dos três Estados, mas como um Banco do MERCOSUL.

E, por falar em MERCOSUL, gostaria de aproveitar o espaço, na condição de Diretor Regional da UNALE - União Nacional dos Legislativos Estaduais, de mais uma vez reforçar o convite - que já fizemos a todos os gabinetes, através de convite, há dez dias atrás - para o Encontro que teremos em Porto Alegre nos dias 12, 13 e 14 de novembro, quando estaremos discutindo assuntos do MERCOSUL. É importante que esta Casa se faça representar por um boa comitiva, para que possamos, lá, colocar os assuntos que interessam ao Paraná em termos de MERCOSUL.

Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE - (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente associado à sua idéia.

E temos, nesta Casa, a unanimidade - até da Oposição - na sua pessoa, como Líder do PMDB; e na Liderança do PT, Deputado Péricles, através do Deputado Doutor Rosinha, Nerone, Colombo e Vanhoni, a votação pela per-

manência do BRDE. Uma instituição geradora não só da economia, mas principalmente do social, no oferecimento e geração de empregos a todo este quadrante da Nação.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Octávio Cesário Pereira Júnior. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 132, de 26.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 405/97

P A R E C E R:

Relatório

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, visa conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Octávio Cesário Pereira Júnior.

Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, conclui que tão ilustre personalidade da história do nosso Estado, que passou por todos os mais importantes cargos do governo paranaense, inclusive como Governador, justifica a concessão de tal honraria, como podemos constatar através da justificativa do projeto em questão.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/97, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Rafael Iatauro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 160, de 30.09.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 496/97

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Geraldo Cartário, concede o título de Cidadão

Honorário do Paraná ao Senhor Rafael Iatauro.

A justificativa destaca os méritos e os serviços prestados ao Paraná pelo homenageado, que o credenciam a receber a cidadania honorária do Estado.

Sob o ponto de vista constitucional, legal e regimental verifica-se não existir qualquer impedimento ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim, no que cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça opinar, manifestamos o nosso parecer favorável ao referido Projeto de Lei, apoiando sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.10.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Sobre a mesa, Requerimento nº 2.486, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2.487 e 2.488, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2.490, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2.492 a 2.495, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2.499, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2.500, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 042, 248, 458 e 467/97.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/97.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 405 e 496/97.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/97.

Segunda-feira será comemorado o dia daqueles que nos dão sustentação, que são os Senhores Funcionários Públicos do Estado, e esperamos que neste próximo ano de 98 tenham um alento em seus vencimentos, para que possamos continuar contando com a presteza, operosidade e capacidade do Funcionário Público do Paraná.

Levanta-se a sessão.